

ADMINISTRAÇÃO



Descaso. No bairro Cantinho do Céu, no Grajaú, ruas têm asfalto pela metade e córregos de esgoto clandestino correm a céu aberto

Nos mananciais, investimento chega a 18% do previsto

Principal problema do programa é falta de liberação de verba do PAC; moradores estão insatisfeitos, mas veem avanços do governo

Edison Veiga

Poderia ser uma linda lagoa, mas quando a ajudante de cozinha Deise Costa, de 24 anos, abre a janela de casa, o que vê são montanhas de lixo, mato e, ao longe, uma água turva e poluída. Ela mora perto da Represa Billings, no bairro Cantinho do Céu, no Grajaú, zona sul de São Paulo. “Nasci e sempre vivi aqui, e o que vejo é a situação só piorando, apesar das promessas.”

E essa é só a ponta do iceberg – ou, no caso, do monte de entulho. Cantinho do Céu, como o vizinho Jardim Prainha, tem ruas com asfalto pela metade, córregos de esgoto clandestino a céu aberto e obras inacabadas.

A região é alvo do Programa Mananciais, parceria entre os

governos municipal, estadual e federal, lançado em 1994 para reorganizar as favelas às margens das Represas Billings e do Guarapiranga. No cronograma, há obras em 64 ocupações, que pretendiam preservar e despoluir os maiores reservatórios da Grande São Paulo, usados para abastecimento. Há três anos, porém, moradores relatam não ver sinal de obras.

Controladora de qualidade de uma indústria farmacêutica e moradora do bairro há mais de dez anos, Luciene Rosa Alves, de 43 anos, se queixa da sujeira, mas reconhece os avanços.



Dois lados. Luciene se queixa da sujeira

Consciente das questões ambientais, ela recorda da retirada das famílias e construções que estavam em solo que deve ser protegido e lembra de melhorias urbanas no entorno. “Antes, qualquer chuva e era só lama.”

A terceira etapa do programa começou em 2012, ao custo de R\$ 3,5 bilhões, a serem investidos até 2016. Dos R\$ 2,62 bilhões reservados até 2014 – entre o último ano da gestão Gilberto Kassab (PSD) e os dois primei-

ros de Fernando Haddad (PT) –, foram aplicados 18%, ou seja, R\$ 458 milhões, segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Atualmente, o principal problema é a falta de liberação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), feito pela Caixa Econômica Federal. Em 2013, a presidente Dilma Rousseff anunciou R\$ 3,7 bilhões para a recuperação dos mananciais da Billings e do Guarapiranga e a construção de moradias. Também há pendências atribuídas à gestão Kassab, por causa da licitação do programa. Itens previstos nos contratos para insumos, como asfalto e cimento, estão mais caros que o teto da Caixa, que usa como base o Sinapi – cesta de índices da construção civil. O banco não libera valores acima do Sinapi.

Em nota, Kassab, atual ministro das Cidades, rebate: “A licitação (...) seguiu rigorosamente a legislação e a tabela de preço da Siurb (*Secretaria de Obras*), porque não havia sido selecionado pelo governo federal”.

Balanço. Pelo Plano de Metas, Haddad quer beneficiar 70 mil moradores das margens das represas, com saneamento e infraestrutura urbana. Segundo último balanço das metas, de julho, 52% dos trabalhos já foram realizados. Ainda segundo a gestão, 8 pontos foram concluídos neste governo, 11 estão sendo implementados e 57, em etapas anteriores ao início das obras.

● **Oficial**
Balanço da Prefeitura diz que a área descrita pela reportagem “é parcial” e que “outras 20 mil famílias serão beneficiadas em locais ainda a definir”.

* **ANÁLISE:** *Maurício Broinizi Pereira*

O bem que faz um Plano de Metas

Transcorridos cinco semestres (62,5% do total de oito) da gestão Fernando Haddad (PT), o balanço de cumprimento de seu plano de 123 metas revela uma meta não iniciada, 65 em andamento com percentual abaixo de 62,5% de cumprimento; 26 em andamento com percentual acima de 62,5%; e 32 cumpridas, entre elas nove superadas.

Em termos estritamente numéricos, a relação cumprimento de metas/tempo de mandato apresenta pequena defasagem: 58 metas entre as concluídas e as que cumprem ou superam o cronograma e 65 com diversos níveis de defasagem. Dentre essas últimas, algumas têm maior complexidade e baixo percentual de execução, como os CEUs (26,5% de cumprimento) e as creches (34%).

Por outro lado, na modernização da gestão (informatização, transparência, controle social e combate à corrupção), boa parte das metas está concluída ou próxima dos 100%, assim como a implementação de importantes instrumentos de planejamento e de participação na gestão. Vale ressaltar as iniciativas e criação de estruturas para a promoção da igualdade racial, dos direitos da mulher, de combate à homofobia e à xenofobia e de defesa da diversidade sexual e cultural. A nota negativa fica para as políticas voltadas aos idosos.

Em relação às demandas populares mais urgentes, as metas para ampliar os diversos tipos de atenção à saúde continuam abaixo da expectativa, como a meta da Rede Hora Certa (49,7% de cumprimento) e as novas UBSs (40%).

Em matéria de mobilidade urbana, a gestão soma pontos positivos, tanto em cumprimento das metas como ao requalificar o espaço público em benefício dos usuários do transporte coletivo e do não motorizado, colocando a cidade nos caminhos do futuro.

Esta é a segunda gestão que tem como obrigação a apresentação do Plano de Metas, o que nos permite fazer avaliações muito mais precisas e justas sobre o desempenho de um governo com base em suas promessas de campanha e do programa. Hoje, a cidade sabe perfeitamente o que precisa fazer, tem planejamento de curto e médio prazos e um nível de transparência, participação e controle social inéditos na administração pública do País. Falta ao Brasil implementar a Lei das Metas em todos os municípios, Estados e no governo federal.

* É COORDENADOR EXECUTIVO DA REDE NOSSA SÃO PAULO E DOUTOR EM HISTÓRIA ECONÔMICA (USP)